

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Assiste-se no sector da Assistência em Escala a uma crescente pressão para se realizar mais trabalho com menos custos, particularmente na Portway, desde que a propriedade do Grupo ANA foi transferida do Estado Português para a multinacional Vinci.

Fruto dessa pressão, realizaram-se já três despedimentos coletivos no prazo de um ano; assistiu-se ao vergonhoso processo de chantagem para a imposição de um AE autenticamente escravagista, «livremente» aceite por muitos daqueles que foram anteriormente ameaçados de despedimento se não o aceitassem; persegue-se os membros das estruturas sindicais que resistem; intensificam-se os ritmos de trabalho. Como consequência, multiplicam-se os acidentes de trabalho, as baixas e os despedimentos «voluntários», num clima de medo e descontentamento generalizado.

Claramente, a multinacional Vinci está apostada na total degradação das relações laborais na Portway, com o intuito de reduzir os custos do handling para as companhias aéreas compensando os sistemáticos aumentos de taxas que tem praticado. Ou seja, está a usar o incremento da exploração dos trabalhadores da Assistência em Escala para tornar os aeroportos atrativos. É uma estratégia que poderá servir os acionistas da Vinci, que poderá ser aceitável por aqueles que estão dispostos a dobrar a cerviz perante todas as «necessidades» desses acionistas, mas é um caminho inaceitável e que só pode merecer o repúdio dos trabalhadores, do povo e do próprio Estado Português.

Aliás, como o Governo conhece, a Vinci está de tal forma apostada no caminho da intensificação da exploração, da precariedade e da desregulamentação na Assistência em Escala (usando a Portway como pivot numa estratégia onde os ganhos se dão por via da ANA) que se recusou a integrar a estrutura patronal do sector, criada pela SPdH e pela SATA e que está a discutir um contrato coletivo para o sector.

Recentemente, e fruto dessa política, que degrada as condições de trabalho, a segurança e a fiabilidade da operação, um trabalhador da Portway no Aeroporto do Porto ficou esquecido num

porão de uma aeronave onde, tudo indica, terá perdido os sentidos em serviço, num acidente de trabalho onde quase perdeu a vida, e que teve evidente impacto mediático pelo facto de ter obrigado o voo intercontinental a fazer uma aterragem de emergência em Lisboa. Não foi o primeiro acidente de trabalho grave motivado por esta política da Portway, e não será o último se esta política se mantiver.

O Governo afirma-se preocupado com a situação na Assistência em Escala, mas continua a negociar a transferência de equipamentos públicos para a multinacional (que publicamente até são «exigidos» por grupos económicos que contam ganhar milhões com a sua utilização) sem utilizar a sua força para travar os desmandos da Vinci, nomeadamente na Portway.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, o seguinte:

1. Que pretende o Governo fazer em relação à Vinci, tendo em conta tudo o que está a acontecer nas empresas deste grupo que foi entregue à multinacional?
2. Face aos inúmeros casos de situações graves e práticas abusivas, do qual o acima exposto é exemplo, considera ou não o Governo que estão reunidas condições para iniciar o processo de retirada da concessão pública em que a multinacional em causa evidencia tais situações?
3. Que articulação está a ser feita com a Autoridade Nacional da Aviação Civil, quer em relação às investigações e conclusões a retirar do incidente acima referido, quer no tocante à questão colocada no ponto anterior?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 6 de Outubro de 2016

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)